

## **Uma questão de vocação**

Uma das proposições mais antigas da Economia e cuja validade se mantém intocável desde há mais de dois séculos é a Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo. A teoria mostra que, independentemente do nível tecnológico de cada país, em geral o comércio livre aumenta o bem estar. Mesmo que um país tenha menor produtividade que outro em toda a linha de produção, desde que a sua desvantagem não seja uniforme (caso em que o comércio livre não teria qualquer efeito), esse país ganha com o comércio. Porque o comércio permite aos indivíduos especializarem-se nas actividades em que são relativamente mais eficientes, abandonando as actividades menos compensadoras. Naturalmente, por focar apenas na tecnologia, esta teoria não se aplica a muitas situações. Por isso tem sido complementada ao longo do tempo com novas contribuições. Mas se há sector em que a teoria inicial se aplica razoavelmente bem, esse sector é o agrícola. Possuindo solos e climas diferentes, os países podem ser vistos como dispor de diferentes aptidões tecnológicas para as diferentes culturas. Além disso, na agricultura há um grande número de consumidores e produtores e esta actividade não tem em geral associadas externalidades positivas relevantes (pelo contrário, em geral a agricultura danifica os ecossistemas locais). Por conseguinte, à partida não há motivos para que esse sector beneficie de protecção especial.

Mas a prática revela o contrário. Na Europa e nos Estados Unidos, as restrições ao comércio de produtos agrícolas são incomparavelmente mais elevadas do que as praticadas na indústria. Estas restrições constituem uma enorme fonte de ineficiência, que não só onera os consumidores dos respectivos países, mas também o Mundo em Desenvolvimento, em geral. Porque, precisamente, é na agricultura que muitos países pobres tem vantagens comparativas. Que o diga o Mali, produtor natural de algodão, quando vê a administração Bush aumentar os subsídios à produção de algodão nos EUA. Que o diga Moçambique, que tem excelentes condições para a produção de açúcar branco, quando vê a Europa tornar-se o maior produtor mundial, apesar de ter custos de produção mais elevados.

A protecção agrícola nos países do Norte, além de dificultar o acesso dos agricultores dos países pobres aos mercados dos países ricos, resulta numa alteração dos termos de troca, que é favorável aos países ricos. Como a Europa e os EUA têm capacidade de influenciar os preços mundiais, ao restringirem as importações, provocam

uma queda dos preços agrícolas nos mercados internacionais, que penaliza duplamente os agricultores dos países pobres. Em países como Moçambique, Mali ou a Argentina, os agricultores têm de exportar respectivamente mais toneladas de açúcar, algodão e carne para poderem adquirir a mesma quantidade de automóveis, do que aquilo que teriam de exportar numa situação de comércio livre. Por outras palavras, a protecção nos países do Norte provoca uma queda dos salários reais nos países do Sul.

Esta situação é tanto mais absurda quanto é sabido que o protecționismo é uma forma ineficiente de transferir rendimento. Devidos à ineficiência global, aquilo que ganham os agricultores da Europa e dos EUA é inferior àquilo que perdem os outros intervenientes. Dito de outra forma, todos ganhariam se, em vez de praticarem o protecționismo na agricultura, os EUA e a Europa cobrassem directamente um imposto aos países do terceiro mundo. Essa situação não só sairia mais barata aos países pobres, como teria a vantagem de tornar mais transparente a transferência implícita nos actuais níveis de protecção.

Naturalmente, não se pretende aqui defender que o protecționismo agrícola nos países industrializados seja a principal causa do atraso dos países em desenvolvimento. É óbvio que não é. Mas convenhamos que, protegendo as fronteiras precisamente no sector agrícola ao mesmo tempo que promovem o comércio livre de produtos industriais, os países ricos não estão propriamente a contribuir para uma distribuição mais justa dos benefícios da globalização.

A consciência de que a protecção agrícola nos países industrializados constitui uma das maiores aberrações da actualidade, tem gerado protesto crescentes, quer por parte dos consumidores, quer por parte de países terceiros e de organizações internacionais. E enquanto a Administração Bush prossegue na sua linha umbilical e prepotente, aumentando drasticamente os apoios à agricultura, na Europa os ventos parecem finalmente soprar na direcção certa. Há um ano atrás, o ex-ministro Capoulas Santos propôs acabar de vez com os preços garantidos e abrir as fronteiras da UE ao comércio internacional de produtos agrícolas. Uma proposta arrojada, que ilustra como, também nesta matéria, a liberalização alinha bem com os valores da esquerda. Segue-se agora a proposta do comissário Franz Fischler, que não sendo tão radical, aponta no mesmo sentido. Se os preços de intervenção nos cereais e no arroz vierem de facto a convergir para o nível mundial, talvez no futuro a Europa deixe de subsidiar aquelas exportações.

Neste contexto, a postura do actual Ministro da Agricultura é, no mínimo, deprimente. Em clara ruptura com a política anterior, o novo titular dos assuntos agrícolas, junta-se a outros seis ministros da União Europeia, para clamar em favor da subsidio- dependência. E escreve: "Diz-se que a PAC seria responsável pela fome no Terceiro Mundo. Nada mais inexacto. As agriculturas destes países, em particular em África, têm sobretudo vocação para assegurar a auto-suficiência alimentar." Noutra ocasião, o mesmo ministro afirma que 85% da agricultura portuguesa não existiria se não fossem os subsídios da PAC. Sem comentários.

Miguel Lebre de Freitas,  
Universidade de Aveiro, 26-12-02

(Este artigo é o primeiro de um tríptico dedicado à reforma da PAC)